

Emancipação do índio vai ser progressiva

Da sucursal de
BRASÍLIA

O ministro Rangel Reis, do Interior, disse, ontem, que não é intenção do governo liberar rapidamente o índio da tutela oficial para tomar posse de suas terras. Embora ainda persistam desconfianças nesse sentido, observou o ministro que há índios nos mais diversos estágios de aculturação que merecem tratamentos diferentes. Os do Parque Nacional do Xingu, por exemplo, continuarão primitivos por mais 50 anos, pelo menos. Nós respeitamos esses grupos e vamos assisti-los, não como bichos, mas como seres humanos".

Esse mesmo quadro, no entanto, segundo o ministro, não ocorre em outras regiões onde os índios já estão praticamente emancipados, são eleitores, moram em cidades e alguns são diplomados em cursos superiores. "Estes índios — acentuou Rangel Reis — não podem mais ser vistos como incapazes e tutelados pela Funai, nesse ponto, acho que conto com o apoio dos antropólogos. Estes hemens precisam ser encarados como cidadãos brasileiros índios, assim como temos brasileiros negros, amarelos, etc".

Em relação aos grupos já em estágio adiantado de aculturação, mas que permanecem vivendo em suas terras, o ministro disse que está sendo estudada uma forma de transferir para o nome dos índios as áreas ocupadas, quando eles foram emancipados. Atualmente elas estão sob o domínio da União e o Estatuto do Índio não prevê a sua transferência para estas comunidades após a sua emancipação.

"Todos os estudos em andamento no Ministério do Interior — prosseguiu — visando à regulamentação da emancipação do índio não estão sendo conduzidos sigilosamente. No próximo

dia 12, por exemplo, estaremos reunidos com antropólogos para discutir o trabalho. O que não queremos mais é verificar situações como a de Rondônia. Ali, enquanto os colonos do INCRA desenvolvem projetos agrícolas, os grupos indígenas permanecem fechados em guetos, sem produzir nada, com as suas espingardinhas para se defender dos colonos. Nós queremos que o índio progrida nesse País, pois essa concepção do índio isolado não entra na minha cabeça."

PROBLEMA FUNDIÁRIO

Rangel Reis fez várias sugestões ao próximo governo, na sua opinião importantes, para a consolidação do programa de integração da Amazônia. Destacam-se, entre elas, as seguintes: a necessidade do prosseguimento das obras das estradas projetadas para a região; o aceleração do trabalho do INCRA no que se refere à discriminação e titulação de terras; maior estímulo para que empresas idôneas se empenhem no desenvolvimento de projetos de colonização privados e maior atenção para a questão dos posseiros.

Quanto ao problema dos posseiros, Rangel Reis frisou que é errônea a afirmação de que o governo não tem defendido estes ocupantes de pequenas faixas de terras sem titulação legal. "Os verdadeiros posseiros têm tido todo o apoio do governo para a regularização de suas terras, mas não podemos ter o mesmo comportamento no caso dos invasores".

O ministro acentuou, ainda, como meta fundamental para o próximo governo, a questão da migração para a região amazônica. Rangel Reis considera que a colonização oficial patrocinada pelo governo não falhou, afirmando que, hoje, a Amazônia está praticamente integrada.